

**Deponente:** Fábio Martins

**Entrevistador:** Cláudia Graça Fonseca, Celso Gomes Travassos

**Data:** 19 de abril de 2017

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Hoje é dia 19 de abril de 2017. Estamos aqui eu, CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA, CELSO GOMES TRAVASSOS. Nós vamos coletar o depoimento do professor e radialista FÁBIO MARTINS para a Comissão da Verdade. Você quer que eu explique mais alguma coisa, quer perguntar, alguma dúvida? A gente pode começar a gravar daí.

**FÁBIO MARTINS:** Não, podemos gravar.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Podemos começar? Olha...

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Fala de qual mídia era, né, do rádio.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** O Fábio trabalhou, né, no rádio, aqui na cidade de Belo Horizonte, né, no período que a gente está pesquisando. Aí, Fábio, você podia falar dessa experiência, e falar também, né, do quê que você viveu, do quê que você experimentou nesse trabalho, e do que você também soube que aconteceu nesse período.

**FÁBIO MARTINS:** Bom, vamos voltar um pouco a 1964, quando eu fiz uma entrevista com o general Guedes, general Luiz Carlos Guedes, que declarou que ia depor o governo constitucional de João Goulart. Ele declarou a mim, e isso no quartel da ID 4, aqui em Belo Horizonte, e esta entrevista do general está publicada no livro, no meu livro... no livro dele primeiro, "Tinha que Ser Minas", e depois no livro que eu fiz sobre a história do rádio em Belo Horizonte, "Senhores Ouvintes, no Ar a Cidade e o Rádio". É um livro publicado pela editora Com Arte. Nessa entrevista, então, o general Guedes dizia que ia depor o governo João Goulart, e as tropas já haviam, iam partir no dia 31 de março. Bom, todos sabem o que aconteceu. Realmente veio o golpe militar, comandado pelo general Guedes em Minas Gerais. Aliás não se faz muita justiça a ele, porque ele é sempre visto como secundário na liderança dessa iniciativa, e o general Mourão Filho tomou a frente depois que o general Guedes partiu com as tropas para o Rio de Janeiro para depor o governo João Goulart.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Vai demorar muito?

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Não. Começando, desculpa.

**FÁBIO MARTINS:** Muito bem. Então o rádio, a história do rádio em Minas prossegue, sobretudo, com essa intervenção do general Guedes, que numa entrevista faz o anúncio de que vai depor o governo de João Goulart. E realmente isso ocorreu. Bom, agora, a partir do golpe militar de 1964, o que vai acontecer é exatamente uma implantação do medo. O medo porque nós, jornalistas, que tínhamos ampla, total, completa liberdade de expressão, passamos a ser fiscalizados; ora discretamente, ora indiscretamente, ora ostensivamente, e isso se deu ao longo de muitos anos. Havia períodos em que as coisas amainavam e havia períodos em que as coisas ficavam muito sérias. O rádio, como veículo de comunicação social, ele atinge a todas as camadas da população, daí a preocupação do governo militar com o rádio. E o quê que eles fizeram inicialmente? Inicialmente eles, depois de 64, colocaram em cada redação um gravador, obrigatório, de fita, e esse gravador gravava toda a programação. A programação, no momento em que a rádio abrisse, até no momento que a rádio fechasse. Essa fita era mantida pela rádio, ela era obrigatoriamente mantida pela rádio. A rádio que não fizesse isso estaria infringindo as normas e a legislação que eles fizeram. Muito bem, então toda emissora estava já sob censura na medida em que as gravações eram documentos guardados pela emissora e depois recolhidos, essas gravações eram recolhidas pelo Governo. Estabeleceu-se então o pânico, porque veja vem, você sabendo que a sua fala está sendo gravada para fins de censura, para fins de que “o que você anda falando aí?”. Então o medo estava também estabelecido nas redações de rádio, de televisão, e isso era uma coisa muito grave para nós. Por que grave? Grave porque nós estávamos acostumados com uma coisa chamada liberdade. E ao entrar nesse túnel escuro, sombrio, de 1964, com a imposição dessa censura à rádio, essa censura clara. Quer dizer, o governo não publicava nos jornais e nas rádios e nas televisões, e que essa programação toda está sendo gravada. Não. Os donos das emissoras eram obrigados a manter as gravações, não sei se tem alguma emissora que possui essas gravações hoje, né, possivelmente não, porque eles recolhiam essas gravações depois para que se um repórter falasse alguma coisa que ofendesse, que oferecesse perigo à segurança, a famosa segurança nacional, estava documentado. Muito bem, a coisa foi andando dessa maneira e até que a censura um dia chegou dentro das redações com as pessoas físicas, com os militares. Os militares ficavam, eram pessoas de nível de graduação boa, o oficial que ia para a emissora e sentava na mesa do censor, e a ele eram entregues as cópias de todos os jornais, de toda a programação. Muito bem, isso permaneceu algum tempo.

Esse incômodo da presença do sensor nas emissoras, em todas as emissoras de rádio e televisão. Quando a censura, a coisa ficava mais séria para o governo, o governo apertava na censura também. Quer dizer, a cada movimento social que se dava, o governo mais infligia sua força de censura e de observação. Certa vez foi proibido comentar o que era proibido. E o quê que significa isso? Significa, todas as emissoras tinham uma tabuleta em que eram fixadas as proibições. Pregada, a tabuleta ficava ali e lia: “É proibido falar sobre movimento guerrilheiro”. Depois: “É proibido falar sobre aumento de combustível, do preço do combustível”, etc. Proíbiam tudo! E essas proibições oficiais eram fixadas numa tabuleta em todas as redações. E como é que se processava isso? O censor telefonava e falava: “Aqui é da censura federal. O senhor, qual é o nome do senhor?”, aí o repórter dava, a pessoa que atendia o telefone dava o nome, o nome da pessoa era anotado, “Olha, nós estamos anotando e vamos transmitir mais uma proibição”, e aí indicava a proibição. Essa pessoa que pegou a proibição tinha que colocar o dia, o horário e a data, e era obrigado a fixar na tabuleta de proibições. Então os repórteres chegavam e olhavam as proibições. “Ó, é proibido isso e isso e isso e isso”. Muito bem. Isso durou muito tempo. Agora, é proibido proibir, é proibido comentar o que está proibido. Por quê? Porque alguns jornalistas liam todas as proibições, e nas reuniões, tomando um chope, nos bares em que era permitida... permitida não, em que se podia comentar alguma coisa, os jornalistas comentavam entre eles. Por exemplo, o bar que era foco de comentários era o Lucas, lá no Maletta. A cantina do Lucas. As pessoas iam e “Olha, está proibido isso, proibido aquilo” e tal. Então isso se espalhava de maneira mais ampla para outras pessoas que ficavam sabendo. É proibido comentar o que está proibido. Então os comentários também eram proibidos, e proibidos como? Proibidos com a presença da espionagem, dos que estavam infiltrados ouvindo o que fulano falou, o que fulano disse, e tal, para relatar, né? Nos relatórios, hoje, sobre as fichas, você vai notar o nome de jornalistas que eram tidos como subversivos porque ou eram comunistas ou terroristas, porque comentavam que o governo estava proibindo. Ou fariam, faziam outras coisas que ofendiam as determinações da censura. Então, esses dois pontos: gravações no rolo de fita, naquele tempo era fita, um gravador muito potente, que ficava rodando devagarinho, gravando todas as coisas que iam ao ar. Bom, o governo então tinha completo domínio do que era publicado nas rádios e nas televisões. E as dificuldades? Dificuldade para os jornalistas eram o seguinte: as dificuldades estavam exatamente presas à

possibilidade de segurança do jornalista. Nenhum jornalista queria se aventurar nesse campo de ofender a censura, por quê? Habeas corpus suspenso no AI5, a vida, a liberdade de habeas corpus, de expressão do pensamento, tudo suspenso, absolutamente suspenso, e só era preciso ter muita coragem para vencer essa barreira. Essa barreira era quase intransponível, em virtude da repressão em cima dos jornalistas. Aí o que eu falei no princípio, medo, pânico e apavoramento. “Eu posso ser preso, e vou para onde?”. Não se sabia nem para onde você ia. Se você fosse preso, você ia para onde? Recorrer a quem? Como? E você então ficava numa situação de pânico. As redações funcionavam de acordo com essas exigências, a ponto de a Rádio Itatiaia, em determinada época, suspendeu o noticiário político. Era uma coisa difícil fazer noticiário político. Não se sabia o que era, o quê que pode ofender esses militares que tomaram o poder? O quê que pode ofender o golpe? Ah, pois é. Por exemplo, falar que o feijão aumentou no mercado, eu visitei hoje o mercado, fui comprar feijão, o preço do feijão aumentou, o arroz aumentou”. Um determinado momento um censor me chamou e falou assim: “Olha, o senhor não pode ficar falando que houve preço de arroz, de feijão, de batata. Porque isso...”, “Mas por que não pode?”, “Porque isso é ofensivo à segurança nacional”. Eu falei: “Mas é real, está lá a tabela”, “Ah, então eu vou telefonar aqui para o meu superior para saber se pode divulgar as tabelas de aumento de preço de gêneros alimentícios”. Telefonou e veio a ordem: é proibido, não pode anunciar isso, porque isto é uma, parece brincadeira, né, hoje, mas era proibido, então, dar o aumento dos preços das mercadorias para alimentação, dos alimentos. Bom, outra coisa interessante é que os militares, com a preocupação muito grande em censurar tudo, às vezes eles censuravam coisas como essas. Eu me lembro que na morte do filho do professor Mata Machado, José Carlos, eles proibiram a divulgação da missa que seria celebrada por ele, além de proibir a abertura do caixão pela família, proibiram as rádios, receberam ordem: não se pode divulgar a missa do subversivo filho do professor Mata Machado. O professor Mata Machado sofreu muito, né, com a morte do filho dele, claro, e ficou muito assustado com isso, com a proibição que, infelizmente, teve que ser cumprida, não se divulgou. Então quem foi, foi quem exatamente infringiu aquela, “é proibido comentar o que está proibido”. Então “olha, está proibido divulgar a missa que será celebrada pelo filho do professor Mata Machado, para a alma do filho do professor”. Bem, qual outro ponto que a gente podia, vocês tem alguma pergunta a fazer?

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Não. Está nos acrescentando muito esses detalhes que o senhor está contando. Porque a gente não tinha, ainda, recolhido este tipo de detalhamento em outros depoimentos. Da tabela, da proibição do proibido, e como a coisa funcionava, né?

**FÁBIO MARTINS:** Muito bem. Então aqui na Fafich existe um livro chamado, não sei, vocês devem encontrar ele, se não me engano a pessoa chama-se Magda. Era uma professora, eu não tenho o nome dela todo. Ela escreveu um livro, “As Censuras nos Meios de Comunicação”. Ela publicou em um livro, e depois deu algum problema para ela. Ela publicou as coisas que eram proibidas nas rádios, nas televisões e nos jornais. É um livro, é um pequeno livro, mas muito útil porque dava a medida do que era proibido. As tabelas, ela pegou aquelas tabelas, teve uma cópia e publicou as proibições.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Nisso que você falou tem umas coisas que, enfim, umas dúvidas que surgiram, assim, do tipo: Essa gravação, alguma vez, você se lembra dela, de algo que foi gravado ter virado problema para a rádio? Assim, a partir dessa gravação, alguém ouviu e... você conhece algum caso?

**FÁBIO MARTINS:** Eu não conheço caso, mas é claro que ela estava sendo, a gravação estava funcionando nesse sentido, para observar, para ser ouvida depois em caso de qualquer dúvida. Então eles recolhiam a fita, e a fita era obrigatória, era norma, era obrigação gravar.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Gravar. E você lembra pra quem ela era enviada ou...

**FÁBIO MARTINS:** Era enviada para a censura.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Para a censura da Polícia Federal?

**FÁBIO MARTINS:** É. O pessoal que... responsável pela censura das rádios, né?

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Era então, era essa Polícia Federal, ou era direto com os militares?

**FÁBIO MARTINS:** Não, eu acho que era a Censura Federal. Censura Federal, mas todos acoplados, todos interligados num sistema de repressão.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Então todos esses, assim, essa presença lá, esses censores eram desse serviço?

**FÁBIO MARTINS:** Bom, esses censores, foi na época do AI5 que se implantou a censura dentro, se não me engano, dentro das redações, a pessoa física do militar. Era censor, ele tinha uma mesa em que ele sentava e ele lia...

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Ele ia lendo os jornais...

**FÁBIO MARTINS:** Os jornais, e dava visto antes.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Uma censura prévia...

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Entendi.

**FÁBIO MARTINS:** É. Censura prévia da...

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Então só era falado aquilo que era submetido a essa pessoa?

**FÁBIO MARTINS:** Exato. E teve um problema também com relação à inflexão. Uma vez chegou uma ordem sobre a inflexão do locutor. Por quê? Porque alguns locutores, eles falavam que eram locutores sem juízo, a serviço da subversão. Alguns doutores, eles diziam, por exemplo, vamos dar um exemplo para poder entender isso, porque só com a inflexão. O locutor lia “O presidente Figueiredo disse hoje que o Brasil está em plena liberdade”. Essa inflexão “Plena liberdade. Que não há dúvida que nós estamos, somos um país inteiramente livres”. Estou fazendo uma ficção do texto, mas eram textos assim, com esta inflexão irônica. Então apareceu um dia “É proibido inflexionar a leitura política”, não se podia, você tinha que ler. Então você lia: “O preço do feijão aumentou hoje no mercado. O presidente Figueiredo disse que a liberdade é total no Brasil”. Era assim, uma leitura sem flexões, sem opção. Porque os... alguns faziam uma inflexão que tirava o sentido do texto, né? Outra coisa que não podia era imitar o português de Portugal, porque alguns jornalistas falavam assim: “O presidente Geisel disse hoje que o Brasil vai muito bem”. Então alguns faziam, no noticiário mais descontraído, faziam isso também, veio proibido. “É proibido dar inflexão da língua portuguesa, da pronúncia portuguesa de Portugal ao noticiário”. E aí coisas assim, tão sutis, né, que eles observavam porque eram muitos olhos, muitos ouvidos ouvindo, captando essas coisas. Era um período muito difícil, em que os repórteres andavam mais com medo do que qualquer outra pessoa. O repórter sabia as coisas em primeiro plano, em primeira mão, o mundo jornalístico era informação, né, que, então, quanto mais se apavorasse a imprensa, menos noticiários sairia. Bom, o que mais que vocês...

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Não, era basicamente isso. Assim, eu não sei se você, pessoalmente, além dessa entrevista, se você teve alguma experiência de ter um trabalho seu assim “não, isso aqui não pode...”



**FÁBIO MARTINS:** Bom, eu estive, eu era repórter político, né? Quando veio a proibição de publicar as coisas, né, da política, de modo livre, o Januário Carneiro suspendeu o noticiário político.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** O noticiário político. Isso foi em 68?

**FÁBIO MARTINS:** Isso foi em 68, depois do AI5, né, quando apertou muito. Então o quê que a gente fazia? A gente fazia entrevistas sobre, por exemplo, os canteiros floridos de Belo Horizonte, como estão floridas, como as flores estão bonitas e tal. E a gente ia lá e entrevistava uma pessoa que cuidava do canteiro, a gente entrevistava pessoas na rua falando sobre o movimento da cidade. Tudo muito light, muito... e isso aí não dava problema nenhum. Teve um problema com uma entrevista de Dom Hélder Câmara. Dom Hélder Câmara deu uma entrevista para a imprensa, uma entrevista coletiva, depois que ele falou sobre a liberdade de, ausência da liberdade de imprensa, e ele falou uma frase que assim: “Para viver...”, como é que é, ele disse que ele, para viver sem liberdade, com relação a um país que ele viajou, ele viveria mesmo no Brasil, para viver sem liberdade de imprensa e de expressão. E falou outras coisas muito mais graves durante a entrevista coletiva. Eu peguei a entrevista, levei para a Rádio Itatiaia e editei. Mas eu já sabia que as coisas que ele falou eram muito graves, e que eu tinha a obrigação, entre aspas, de fazer uma censura, também entre aspas, ajuizada, da matéria. Mas a censura federal proibiu a divulgação da entrevista de Dom Hélder. E eu cheguei na Rádio Itatiaia e fiz uma, “Dom Hélder Câmara concedeu hoje uma entrevista em que acusa o Brasil de não ser um país de liberdade, e tal, tal, etc., etc.”, e pus um trequinho da entrevista dele, só. Ele falando: “Ah, estou em Belo Horizonte, gosto muito da cidade e tal”, foi uma coisa amena. Mas falei que ele falou sobre liberdade. Daí a pouco a censura federal foi lá. Aí o Januário Carneiro me chamou: “Ô Fábio, você está com a, o rolo, passou a entrevista do Dom Hélder?”, falei: “Não! Tem uma proibição, não passei”, “Então, mas o quê que você publicou, então? Porque eles estão falando aqui que você publicou”, “Não, eu publiquei isso” e falei o que tinha publicado, né, um pequeno trecho. Ele foi e falou assim: “Ah, então, eles estão aqui, estão querendo a gravação”. Eu falei: “Não, não tenho a gravação mais. A gravação já foi desmanchada e tal, não temos. Só publicamos isso, e tal”. A rádio guardou a gravação, consumiu a gravação para não entregar a gravação. E essa gravação nunca foi entregue, mas Dom Hélder foi a entrevista mais contundente que ele deu em Belo Horizonte. Esse episódio nos custou muita preocupação, muito medo,

e era sempre o medo acompanhando a atividade jornalística, né? Acho que... o quê que você quer mais?

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Nada. Olha, o depoimento está ótimo, assim.

**FÁBIO MARTINS:** Tá bom.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Ele vai bem...

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Muito bom.

**FÁBIO MARTINS:** Tá bom?

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Muito.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Tá ótimo.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** A gente agradece muito, porque a gente tem muito pouca informação sobre o que acontecia na televisão e no rádio.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** E no rádio.

**FÁBIO MARTINS:** É, no rádio. Eu falei mais especificamente do rádio.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Vai acrescentar muito.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Eu, pelo menos, desconhecia essa questão da fita.

**FÁBIO MARTINS:** Ah, desconhecia?

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Não sabia disso.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** É, mas essa fita...

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** É uma prova do que foi no ar, como o senhor falou, a rádio é muito abrangente. Muito abrangente até hoje, né? É um veículo fantástico.

**FÁBIO MARTINS:** É. Isso foi eliminado logo depois da redemocratização, né, porque demorou...

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Foi uma das coisas que acabou no período da democracia, aí deixou de ser gravada essa fita.

**FÁBIO MARTINS:** Deixou. Deixou de ser gravada porque não tinha sentido mais, né? Ouvir para quê? E hoje a liberdade é ampla, né? E irrestrita.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** E hoje tem as mídias online que...

**FÁBIO MARTINS:** É. Felizmente.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Que por mais que se proibam, ela consegue...

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Elas acabam escapando.

**FÁBIO MARTINS:** Agora, a fidelidade ao que eu falei, né, é bom ficar no texto, né?

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Uhum. Não, claro.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Claro. Não, não, é na íntegra.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Na verdade...





**FÁBIO MARTINS:** E a correção da linguagem?

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** É total.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** É, não... isso você pode ficar tranquilo.

**CELSO GOMES TRAVASSOS:** Não, isso não tem problema, não. E a gravação original ela fica também catalogada aí. Guardada.

**FÁBIO MARTINS:** Perfeito.

**CLÁUDIA GRAÇA DA FONSECA:** Aqui, Fábio, o negócio é seguinte, tem que falar alguma coisa no final?